

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# HISTÓRIA

### AS ELEIÇÕES NA DITADURA MILITAR NAS CRÔNICAS POLÍTICAS DE CARLOS CASTELLO BRANCO

<sup>1</sup> Raquel Polydoro de Oliveira( IC-UNIRIO)

1 - Departamento de História; Escola de História; Centro de Ciências Humanas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apoio Financeiro: UNIRIO

Palavras-chave: Eleições; Ditadura Militar; Carlos Castello Branco.

#### INTRODUÇÃO

Carlos Castello Branco foi cronista do “Jornal do Brasil” durante todo o período da ditadura militar instaurada no Brasil, a partir de 1964. Na “Coluna do Castello, o jornalista escrevia diariamente sobre a cena política nacional e também sua opinião sobre os rumos da “Revolução”. Castello possuía convicções liberais, portanto, foi crítico às medidas autoritárias do regime como as cassações, fechamento do Congresso Nacional e a suspensão das eleições. Apesar disso, Castello não fazia uma oposição direta à ditadura, tinha uma postura paciente e de expectativa em relação a volta da normalidade das instituições democráticas. Como é possível observar em uma de suas crônicas “O fato de existirem demarches concretas em torno do assunto revela que predominam já condições para uma superação das influências revolucionárias mais radicais, em benefício da busca da normalidade institucional. Há indícios de que, preparando-se para levar a efeito este ano eleições para governadores de onze Estados, o sistema político dominante no plano federal pretendia limpar os processos revolucionários de atos facciosos praticados sob o impacto das emoções iniciais” (CASTELLO BRANCO, 05/01/1965)

Durante esta pesquisa, utilizamos as crônicas do Castello como fontes primárias para analisarmos o ano de 1965. Pouco explorado pela historiografia, o ano de 1965 é marcado por expectativas da volta a um regime democrático e pelas perspectivas de eleições para a Presidência da República e Governadores. Observamos também a posição dos políticos tradicionais sob a ameaça do cancelamento das eleições e como os pré-candidatos civis à presidência tentavam agradar ao militares evitando representar uma ameaça aos planos do regime militar.

#### OBJETIVO

Investigar as relações do jornalismo no campo político. E analisar os valores atribuídos às eleições no período da ditadura militar na “Coluna do Castello” em 1965.

#### METODOLOGIA

Neste projeto pretendemos analisar as crônicas políticas de Carlos Castello Branco a partir da perspectiva de uma história social do político. De acordo com Yves Deloye, o historiador deve mostrar as dinâmicas que dão sentido e coerência à vida política, assim como observar a historicidade profunda do campo político. Sob o risco de esquecer que o político também tem uma história da qual uma abordagem sócio-histórica pode dar conta. Deloye propõe uma sociologia histórica da civilização eleitoral, na qual será necessário considerar a relação entre o processo de politização e o processo concomitante de profissionalização da atividade política, antes de interrogar-se sobre os efeitos dessa politização sobre os eleitores e suas práticas políticas.

De maneira que o estudo da democracia representativa compreende igualmente a análise do processo de legitimação pelo qual os políticos reivindicaram e foi-lhes reconhecido, porém jamais inteiramente, o monopólio de acesso à competição política. No curso desse processo histórico esses homens se tornaram políticos profissionais. De acordo com tal perspectiva teórica, a legitimação da democracia não é algo inevitável. Ao contrário, trata-se de um processo de constante convencimento e mobilização, tarefas em que os políticos profissionais e os intelectuais têm papel primordial.

#### RESULTADOS

Nesta pesquisa foi possível observar, que o ano de 1965 em boa parte do campo do político institucional e da imprensa brasileira havia a perspectiva da volta ao regime democrático rapidamente. Por isto, durante todo o ano de 1965, Castello relatou as disputas entre políticos tradicionais para as esperadas próximas eleições. Os projetos de reforma política e de uma nova lei eleitoral também foram significativos para que esta perspectiva.

Apesar de sua esperança inicial na breve volta ao regime democrático após o golpe de 1964, para Castello, existia uma “linha dura” nas forças armadas com apoio de civis que era responsável por medidas autoritárias como as cassações e a tentativa do cancelamento das eleições. Castello compreendia as eleições como “essencial, isto é, no funcionamento da própria estrutura política.” (CASTELLO BRANCO, 8/01/1965). Perto da data de que se realizariam as eleições, Castello mostra seu desapontamento com o regime na sua incapacidade de restaurar as instituições democráticas. O que é perceptível na sua crítica à Lei de Inelegibilidade proposta para as próximas eleições “A lei das inelegibilidades, que pretende assegurar o poder de arbítrio da revolução em pleno processo eleitoral, vai dando consequências práticas à contradição fundamental da política do Governo Castello Branco, qual seja a tentativa de compatibilizar a ação revolucionária com a sustentação das instituições livres. Ela não resolveu o impasse e o projetou numa experiência concreta, de resultados até aqui pouco animadoras. Sua justificativa será obviamente a consecução do objetivo: realizar eleições sem que seus resultados agredam a orientação do poder discricionário que está por trás do poder legal do Presidente da República.” (CASTELLO BRANCO, 01/08/1965).

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

### CONCLUSÃO

O ano de 1965 foi marcado por expectativas e decepções ao que esperavam o regresso a um regime democrático. A opção de manter inicialmente o funcionamento do congresso e das eleições, mesmo com suas limitações, mostra que os militares fizeram a opção por preservar a referencia local de políticos tradicionais de antes do golpe. Segundo Antônio Lavareda, entre o período de 1945 à 1964 há uma consolidação do sistema partidário e de consolidação de um eleitorado. Seguindo esta perspectiva é possível entender o porquê da opção dos Militares em não abolir a eleição por completo como mecanismo de participação, buscando assim uma legitimidade para o regime autoritário.

### REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Angela de Castro. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- AGULHON, Maurice. Marianne au combat; l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880. Paris: Flammarion, 1979.
- ARAÚJO, Maria Celina d'. O segundo governo Vargas (1951-1954). São Paulo: Ática, 1992.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. Vingtième siècle: Revue d'histoire. Paris, n° 35, 1992, p. 67-77.
- CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe. Questões para a história do tempo presente. Bauru: EDUSC, 1999.
- DÉLOYE, Yves. Sociologie historique du politique. Paris: La Découverte, 1997.
- DULCI, Otávio. A UDN e o anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.
- GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. Relações de força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura e etc. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 9, n° 17, 1996, p. 59-84.
- \_\_\_\_\_. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1996, p. 31-58.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 133-160.
- GRINBERG, Lucia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2004.
- HIPÓLITO, Lucia. PSD: De raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- KINZO, Maria Dalva Gil. Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.
- LAVAREDA, Antônio. Democracia nas urnas. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- LE GOFF, Jacques (org). Memória/história. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- NICOLAU, Jairo Marconi. História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. Les lieux de mémoire. La République. Paris: Gallimard, 1984.
- \_\_\_\_\_. Gaullistes e communistes. Les lieux de mémoire. Les Francs I. Paris: Gallimard, 1992.
- OFFERLÉ, Michel. Mobilisation électorale et invention du citoyen l'exemple du milieu urbain français a la fin du XIXe. siècle. In: GAXIE, Daniel (ed.) Explication du vote. Paris: Presses FNSP, 1985.
- \_\_\_\_\_. Les partis politiques. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- \_\_\_\_\_. Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel. Paris: Gallimard, 1993.
- PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michel e ROUSSO, Henry. Histoire politique et sciences sociales. Bruxelas:
- RÉMOND, René. Pour une histoire politique. Paris: Seuil, 1988.
- WEBER, Max. El politico y el científico. Madri: Alianza, 1996.